



GUIA DE LEGISLAÇÕES

PROFISSIONAIS E SOCIAIS ⁵



CRESSer com Ética - 2011/2014



Diretoria

Míriam Thais Guterres Dias	CRESS Nº 2049
Silvia da Silva Tejadas	CRESS Nº 3646
Maria Suzete Muller Lopes	CRESS Nº 2024
Mariana da Silva Vargas	CRESS Nº 5602
Sônia Maria Araújo Figueiredo Almeida	CRESS Nº 1366
Mara Brum	CRESS Nº 3411

Suplentes

Bruna de Souza Machado	CRESS Nº 7634
Vanessa Faria Cardoso	CRESS Nº 7244

Conselho Fiscal

Efetivos

Elisabete Ramos Glassmann	CRESS Nº 4347
Iandara Souza da Costa	CRESS Nº 3966
Miriam Dabdab Domingues Kolinger	CRESS Nº 2083

Suplentes

Anahí Marques Melgaré	CRESS Nº 2231
Daniela Ferrugem	CRESS Nº 7183
Denise Terezinha Zampronio Rosseto	CRESS Nº 0203sec

Seccional de Caxias do Sul

Coordenadora:

Roberta Rama Brito

Secretária:

Alessandra Isabel Bombassaro

Tesoureira:

Mari Angela Stalliuveri

Suplente:

Andrea Dandolini Camello

Seccional de Pelotas

Coordenadora:

Maria Izabel M. Arnd

Secretária:

Carolina Anderson Bunde

Tesoureira:

Angelita Soares Ribeiro

Suplentes:

Aline Wienk Sesterheim
Carim Angela Dume
Cristine Jaques Ribeiro

Apresentação

/

E com satisfação que a Diretoria do CRESS, gestão CRESSer com Ética, disponibiliza aos/as colegas assistentes sociais este Guia de Legislações relativas a regramentos profissionais e às políticas sociais. O trabalho ora apresentado é resultado de cuidadoso trabalho de pesquisa, que visou selecionar as legislações e normativas mais relevantes para a categoria profissional, tanto no que concerne ao exercício profissional, quanto no tocante às políticas sociais por área e por segmento credor de direitos. Neste caso, as políticas selecionadas foram: Assistência Social, Saúde, Previdência Social, Educação, Política Urbana e Habitação, Segurança Pública, Proteção a Vitimas e Testemunhas e Educação Ambiental. Quanto aos segmentos, foram selecionados: criança e adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, questão racial e, ao final, são apresentadas outras legislações.

Tendo em vista a dinamicidade do processo de elaboração e reformulação de legislações e das demais normativas, optou-se por constituir um guia que indicasse o meio de acesso on line aos documentos, evitando com isso a impressão de textos que podem rapidamente perder a atualidade. No atual contexto, a informação disponibilizada por meio informatizado, nos sítios eletrônicos das instituições, vem mostrando-se mais eficaz na atualização permanente dos registros.

As leis são ferramentas essenciais no trabalho do/a assistente social, pois representam a posituação de direitos, construídos e conquistados pela sociedade em processos, por vezes, de intensa luta social. Por outro lado, sabe-se que a lei não transforma a realidade por si só, muitas vezes são necessárias novas lutas para materializar os direitos previstos em lei, ou seja, traduzi-los no âmbito das políticas públicas.

O/A assistente social, como trabalhador/a no contexto das políticas públicas, tem constituído-se em importante agente de defesa de direitos, assumindo, por vezes, posição protagônica na cena político-institucional para tornar fáticos os direitos. Espera-se, nessa caminhada, que o guia possa contribuir nos processos de trabalho dos/as assistentes sociais gaúchos, como uma ferramenta na luta pela garantia de direitos. Para tanto, as leis precisarão da devida interpretação à luz dos princípios do Código de Ética e do projeto ético-político-profissional, compreendendo-as na perspectiva do fortalecimento da democracia, da igualdade, da liberdade, a partir de um projeto societário coletivo.

Direção do CRESS
Gestão CRESSer com Ética – 2011/2014

Legislação Profissional e das Políticas Sociais

Legislações Primordiais

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela resolução 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA 1988

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Legislação Profissional do/a Assistente Social

LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993 - Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/L8662.pdf>

LEI Nº 12.317, DE 26 DE AGOSTO DE 2010 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/L12317.pdf>

RESOLUÇÃO CFESS Nº 615/2011, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011 - Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>

RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/1993 DE 13 MARÇO 1993 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS.

http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf

RESOLUÇÃO CFESS Nº 594/2011, DE 21 DE JANEIRO DE 2011 - Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a

linguagem de gênero.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533/2008, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008 - Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>

RESOLUÇÃO CFESS Nº 512/2007 DE 29 DE SETEMBRO DE 2007 - Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/pnf.pdf>

RESOLUÇÃO CFESS Nº 443/2007 - Institui procedimentos para a realização de desagravo público, e regulamenta a alínea “e” do artigo 2º do Código de Ética do/a Assistente Social / Altera e revoga a Resolução CFESS N º 294/94, de 04 de junho de 1994.

http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_443_03.pdf

RESOLUÇÃO CFESS Nº 493/2006 DE 21 DE AGOSTO DE 2006 - Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf

RESOLUÇÃO CFESS Nº 428/2002 DE 14 DE MAIO DE 2002 - Dispõe sobre as normas que regulam o CÓDIGO PROCESSUAL DE ÉTICA, incluindo todas as alterações que foram regulamentadas por Resolução, bem como aquelas aprovadas pelo Encontro Nacional CFESS/ CRESS realizado em 2001.

http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_428_02.pdf



Legislação das Políticas Sociais

Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - [NOB/SUAS].

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011 - Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 - Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm

DECRETO Nº 7.617, DE 17.11.2011 - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto-7617-2011.htm>

DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm

DECRETO Nº 6.135, DE 26 DE JUNHO DE 2007 - Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL N.º 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006 – Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Nacional de Assistência Social. [NOB-RH/SUAS]

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-2013-nob-rh-suas>

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004 – Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

DECRETO Nº 5.209, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004 – Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2004/Decreto%20no%205209%20de%2017.09.2004.pdf/view>

Saúde

LEI Nº 8080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

LEI Nº 8142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

DECRETO Nº 7508, DE 28 DE JUNHO DE 2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

DECRETO Nº 6.286, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007 - Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm

LEI Nº 11.634, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007 - Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11634.htm

Política Nacional de Saúde do Trabalhador

PORTARIA Nº 1.823/GM/MS, DE 23 DE AGOSTO DE 2012 - Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/114780-1823.html>

PORTARIA Nº 2.728/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 - Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/PORTARIA_renast_2728.pdf

DECRETO Nº 5.948, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006 - Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm

PORTARIA Nº 777/GM/MS, DE 28 DE ABRIL DE 2004 - Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no SUS.

<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-777.htm>

PORTARIA Nº 1.339/GM/MS, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999 - Institui a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho no Sistema Único de Saúde, para uso clínico e epidemiológico, constante no Anexo I desta PORTARIA.

<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port99/GM/GM-1339.html>

Política Nacional de Saúde Mental e Álcool e Outras Drogas

LEI Nº 10.708, DE 31 DE JULHO DE 2003 - Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.708.htm

LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

LEI Nº 9.716, DE 7 DE AGOSTO DE 1992 - Dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências.

<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/liuros/legislacaosaudemental2002completa.pdf>

DECRETO Nº 7.179 DE 20 DE MAIO DE 2010 - Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm

DECRETO Nº 6.117 DE 22 DE MAIO DE 2007 - Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 - Institui o Sistema Nacional de



Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm

DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006 - Regulamenta a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm

A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. Ministério da Saúde, 2003.

http://busms.saude.gov.br/bus/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf

LEGISLAÇÃO EM SAÚDE MENTAL - 2004 a 2010. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Ministério da Saúde. 2010.

<http://saudementalpmf.blogspot.com.br/2012/03/legislacao-em-saude-mental-2004-2010.html>

LEGISLAÇÃO EM SAÚDE MENTAL - 1990 a 2004. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. 5. ed. ampl. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

http://busms.saude.gov.br/bus/publicacoes/legislacao_mental.pdf

Previdência Social

LEI Nº 12.470, DE 31 DE AGOSTO DE 2011 - Altera os arts. 21 e 24 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual

diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4o e 5o ao art. 968 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12470.htm

DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999 - Aprova o regulamento da Previdência e dá outras providências

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm

EDUCAÇÃO

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

LEI Nº 9.536, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997 - Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9536.htm

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm

DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [Lei das Cotas]



http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_2012.pdf

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

LEI Nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007 - Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

DECRETO Nº 6.302, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 - Institui o Programa Brasil Profissionalizado.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm

DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm

DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006 - Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm

LEI Nº 11.096 DE 13 DE JANEIRO DE 2005 - Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-norma-pl.html>

DECRETO Nº 5.493, DE 18 DE JULHO DE 2005 - Regulamenta o disposto na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm

LEI Nº 11.128 DE 28 DE JUNHO DE 2005 - Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

<http://www.leidireto.com.br/lei-11128.html>

LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005 - Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

<http://www.leidireto.com.br/lei-11129.html>

LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005 - Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm

DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005 - Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm

LEI Nº 10.558, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002 - Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10558.htm

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11

Política Urbana e Habitação

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. [Estatuto das Cidades]

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

Segurança Pública

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 - Institui a Lei de Execução Penal.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 - Define os crimes de tortura e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm

LEI Nº 10.886, DE 17 DE JUNHO DE 2004 - Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-

2006/2004/lei/l10.886.htm

LEI Nº 11.449, DE 15 DE JANEIRO DE 2007 - Altera o art. 306 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95008/lei-11449-07>

DECRETO Nº 6.085, DE 19 DE ABRIL DE 2007 - Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em 18 de dezembro de 2002.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6085.htm

LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007 - Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências.

<http://www.leidireto.com.br/lei-11530.html>

Proteção à Vítimas e Testemunhas

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 - Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm

DECRETO Nº 3.518, DE 20 DE JUNHO DE 2000 - Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2o, § 2o, 4o, § 2o, 5o, § 3o, e 15 da referida Lei.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3518.htm

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de



Educação Ambiental, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

Criança e Adolescente

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 - Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

DECRETO Nº 6.230, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007 - Estabelece o Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes, com vistas à implementação de ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por parte da União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6230.htm

DECRETO Nº 6.231, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007 - Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm

LEI Nº 11.577, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007 - Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/94297/lei-11577-07>

DECRETO Nº 6.289, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2007 - Estabelece o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, institui o Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6289.htm

LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009 - Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. [Lei Nacional da Adoção e Acolhimento Institucional]

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

LEI Nº 7.644, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987 - Dispõe sobre a Regulação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm

Mulher

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [Lei Maria da Penha]

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

LEI Nº 10.778, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003 - Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

<http://www.leidireto.com.br/lei-10778.html>

LEI Nº 10.421, DE 15 DE ABRIL DE 2002 - Estende à mãe adotiva o



direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10421.htm

LEI Nº 11.942, DE 28 DE MAIO DE 2009 - Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm

Idoso

LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994 - Lei da Política Nacional do Idoso.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8842-4-janeiro-1994-372578-norma-pl.html>

DECRETO Nº 1.948, DE 3 DE JULHO DE 1996 - Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1948.htm

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

DECRETO Nº 5.934, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006 - Estabelece mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto no art. 40 da Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5934.htm

PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006 - Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-2528.htm>

RESOLUÇÃO-RDC MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005 - Regulamento Técnico para o Funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

<http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/2/docs/>

resolucao_283_idosos.pdf

LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm

Pessoa com Deficiência

LEI Nº 12.190, DE 13 DE JANEIRO DE 2010 - Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei no 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/821120/lei-12190-10>

LEI Nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005 - Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/96600/lei-11126-05>

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

LEI Nº 10.845, DE 5 DE MARÇO DE 2004 - Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

<http://www.leidireto.com.br/lei-10845.html>

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

<http://www.leidireto.com.br/lei-10098.html>

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm

Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm

Questão Racial

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm

Legislações Diversas

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. [Código do Consumidor]

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999 - Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm